

**“COMO A ÁFRICA INVADE SUA VIDA?”
ENTREVISTA COM O PROFESSOR DOUTOR SILVIO DE
ALMEIDA CARVALHO FILHO (UFRJ/UERJ), REALIZADA
PELA Prof.^a Dra. PATRÍCIA TEIXEIRA SANTOS¹**

“How is Africa invading your life?”

Interview with Silvio de Almeida Carvalho Filho (UFRJ/UERJ), carried out by Patrícia Teixeira Santos²

O Ensino superior de História da África e dos Afrodescendentes no Brasil encontrou espaço acadêmico e institucional definitivo a partir da lei 10639-2003 que introduziu a obrigatoriedade do mesmo, em todo território nacional.

Na construção dessa área disciplinar, as participações de gerações de professores e pesquisadores que atuavam com temas ligados aos estudos africanos e afro-brasileiros, e dos movimentos sociais que sempre reivindicaram a importância das mesmas, resultaram nas linhas de pesquisa e associações que surgiram a partir do desafio de se levar adiante a produção de uma historiografia brasileira a respeito do continente africano.

Nesta entrevista, Silvio de Almeida Carvalho Filho, professor de História da África da UFRJ, com uma longa e rica carreira de ensino e de atuação social, nos evidencia as “lutas pela África” que envolveram os diversos projetos políticos, ações e as atuações de intelectuais e dos agentes dos movimentos sociais, que dão aos estudos africanos uma grande importância disciplinar, curricular e social.

Através da trajetória do entrevistado, que foi um dos fundadores do GT Nacional de História da África e da Associação Brasileira de Estudos Africanos, percebe-se os embates e estratégias da construção dessa área científica que contribuiu muitíssimo para a transformação do ensino universitário de História e também das Ciências Sociais e Literatura.

A História da África entrou na vida de Silvio e de muitos dos seus contemporâneos, trazendo a crítica ao eurocentrismo curricular e nos desafiando a pensar na formação de professores e pesquisadores cada vez mais ampla e tendo a diversidade social como um valor central.

¹ Entrevista concedida em 14 de abril de 2018 pelo Professor Dr. Silvio de Almeida Carvalho Filho (Professor de História da África na Universidade Federal do Rio de Janeiro e na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Presidente da Associação de Estudos Africanos, entre 2016 e 2018) em 14 de abril de 2018 à Profa. Dra. Patrícia Teixeira Santos (Unifesp). Transcrição do áudio: Marcos Paulo Amorim dos Santos (IFCH/Unicamp) e revisão técnica da Profa. Dra. Fátima Machado Chaves.

² Interview given on April 14, 2018 by Professor Silvio de Almeida Carvalho Filho (Professor of History of Africa at the Federal University of Rio de Janeiro and at the State University of Rio de Janeiro, President of the African Studies Association, between 2016 and 2018) on April 14, 2018 to Patrícia Teixeira Santos (Unifesp). Audio transcription: Marcos Paulo Amorim dos Santos (IFCH/Unicamp) and technical revision of Fátima Machado Chaves.

Patrícia Teixeira Santos (PTS): Bom dia professor Silvio Carvalho! É com muita alegria que agradecemos sua contribuição e a possibilidade de dialogarmos através dessa entrevista. Queremos iniciar com a seguinte pergunta: na sua escolha profissional, na sua trajetória de pesquisador, como a África invade sua vida?

Silvio de Almeida Carvalho (SC): Primeiro, precisamos situar rapidamente o meu lugar social, a minha formação acadêmica, assim como a minha trajetória de vida foram sendo construídos. Sou filho de uma família de classe média, da Baixada Fluminense, nascido no Município de São João do Meriti. Meus pais eram simpáticos ao político Carlos Lacerda, portanto, meu ambiente familiar era politicamente conformado à direita. Tendo escolhido realizar o curso de Bacharelado e Licenciatura em História, consegui ingressar em 1970 na Graduação do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Entrei nesse curso, quando a perseguição política da ditadura civil-militar, então vigente no Brasil, já havia cassado e retirado do corpo docente desse Departamento todos os professores de esquerda ou supostamente tidos como tal. O Departamento pertencia ao Instituto de Filosofia e Ciências (IFCS), que era, no momento, fortemente vigiado pelos órgãos de segurança política do regime político que então se estabelecera no Brasil. Apesar de não politicamente engajado, intuía que possuíamos agentes do Departamento de Organização Política e Social (DOPS)³ infiltrados como funcionários e discentes para vigiar o corpo docente e discente. Gostaria, entretanto, de ressaltar que naquele momento, eu não tinha ainda um posicionamento político claramente delineado. Percorri etapas importantes anteriores ao momento em que assumi a História da África, como pesquisador e professor, preâmbulos importantes para essa decisão. Primeiro, tornei-me católico, passando a pertencer a grupos de jovens cristãos da Baixada Fluminense, na Diocese de Nova Iguaçu, pastoreada por Dom Adriano Hipólito, um bispo com posições contra a ditadura civil-militar. Na Diocese de Nova Iguaçu, a qual a minha paróquia pertencia, tive contato com padres belgas e outros ligados à Teologia da Libertação. Pensei, inclusive, em ser padre, virar seminarista: foi uma época de grande envolvimento com o trabalho pastoral da Igreja. Foi nessa ocasião, que notei o valor político que doutrina social

³ Departamento de Ordem Política e Social, “criado em 1924 com o objetivo de prevenir e combater crimes de ordem política e social que colocassem em risco a segurança do Estado. Instituído pela lei nº 2304, de 30 de dezembro de 1924, o DOPS foi um órgão fundamental a duas ditaduras que vigoraram no Brasil: o Estado Novo e o Regime Militar”. Disponível em <https://www.infoescola.com/historia/dops/>

da Igreja então propiciava. Ou seja, eu fui convertido de uma posição à direita - nem sempre para mim muito clara - pelo trabalho social na Baixada Fluminense.

PTS: O que seria essa conversão?

SC: Eu era de uma camada média, porque meu pai era um homem relativamente rico na Baixada Fluminense, proprietário de vários prédios e um comerciante abastado. Quando falo em conversão é no sentido de perceber que o contato com a pobreza e a miséria transformam sua vida! O outro vai te converter para o olhar dele: ninguém, saindo de uma classe média, encontra com os pobres e suas dificuldades nem entra num trabalho social promovido pela Igreja e permanece intocado. Fui movido, é importante ressaltar, pela influência dos padres belgas e dos padres franciscanos em São João de Meriti, esses últimos alunos do teólogo Leonardo Boff, já expoente da Teologia de Libertação. Foi, portanto, sob a influência da Teologia da Libertação que participei do trabalho social de base da Igreja na Baixada Fluminense.

PTS: Em que período da sua vida?

SC: Entre 1968 a 1974. Nesse momento, há um grande período de transformação de projeto pessoal, que não era meu, mas da minha família, que pressupunha eu cursar uma faculdade de medicina, direito ou engenharia. Na medida que entrei em contato com a Teologia da Libertação e com um trabalho social por ela inspirado, meu projeto de vida foi transformando. Eu ficava tão feliz com a atividade social, com um projeto cristão engajado, com a prática da Teologia da Libertação nas paróquias e capelas, que fui mudando o meu projeto de formação. Eu reconhecia uma Igreja, naquele momento, bem diferente daquela que se a tornaria sob o Pontificado do Papa João Paulo II.

Então, fui convertido pelo catolicismo, pelo trabalho pastoral nas comunidades eclesiais de base, sob a direção de Dom Adriano Hipólito em Nova Iguaçu, em São João do Meriti e em Duque de Caxias, ou seja, converti-me para uma postura política de luta contra a pobreza e a desigualdade brasileiras. Tive, portanto, contato com uma Igreja muito renovada. Lembro-me das freiras belgas, presentes então na Diocese de Nova Iguaçu. Na década de 1970, elas já não usavam hábito! Isso era muito interessante por que representava um outro perfil: mulheres que estavam no meio da comunidade, iguais na aparência às mulheres laicas, no entanto, usando uma linguagem de transformação evangélica. Essa Igreja sofreu muitas perseguições políticas: Dom Adriano Hipólito foi raptado por forças de repressão ligadas à ditadura civil-militar, vários padres foram perseguidos, por isso, em muitas reuniões, nós tínhamos o cuidado de



aferir a possibilidade da presença ou não de agentes do DOPS ou de outros serviços de segurança ligados ao regime ditatorial.

Toda essa experiência acabou me conscientizando sobre a questão do Regime Civil-Militar, afastando-me do lacerdismo familiar. Foi nesse momento em que pensei ser padre! Ser padre, naquela conjuntura, traria uma inserção social interessante. Havia um deslocamento: minha família criou-me para ser um homem bem-sucedido financeiramente, mas eu percebia que a felicidade não estava ali, era justamente o contato com o humano, com o social. A partir daí mudo o projeto: não pretendia mais fazer a graduação de direito e matriculo-me num curso pré-vestibular, onde comecei a pensar em seguir para a área de Comunicação Social. Nesse curso de pré-vestibular, tive professores importantes, como o historiador José Luiz Werneck da Silva, cujas aulas encantaram-me para a História: a forma como abordava essa disciplina, tinha muita relação com o que eu fazia e presenciava no trabalho eclesial de base.

Como já dissemos, entrei em 1970 para o Curso de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que então possuía um currículo totalmente eurocêntrico, portanto, nunca estudei a História da África na minha graduação. Naquele período, o curso de História era dominado por pesquisadores ligados ao pensamento político de direita. Realizei uma graduação muito centrada em História Antiga e Medieval e com o uso de livros conservadores em História do Brasil. Então, eu comecei a notar uma diferença entre o ambiente da Igreja que eu frequentava, com um trabalho social calcado na Teologia da Libertação e, do lado de lá, o conservadorismo do Departamento de História da UFRJ. Como já dissemos, havia a percepção de que estávamos sendo vigiados: quantas vezes, em rodas de conversa na universidade, percebíamos funcionários aproximando-se de nós para ouvir o que nós dialogávamos. Os banheiros no prédio do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) eram espaços de pichações de cunho político, assim, era comum ao sairmos deles, vermos um funcionário entrando, na sequência, para verificar se havia algo novo escrito lá.

Um dia, uma colega, Maria Emília – ela frequentava grupos de estudos capitaneados por Carlos Nelson Coutinho, um importante intelectual marxista brasileiro -, deu-me de presente um livro encapado, da Marta Harnecker, intitulado *Os Conceitos Elementares do Materialismo Histórico*. Não estranhe dar um livro encapado, pois a capa poderia chamar atenção de algum agente secreto das forças de segurança da ditadura civil-militar. Um catecismo althusseriano, que hoje sabemos ser uma visão estruturalista do marxismo, portanto, não uma abordagem mais própria para essa corrente político-ideológica. Ela disse-me apenas: “Silvio, leia isso”. Naquele período, foi por essa linha transversa que passei a saber de algo sobre o marxismo. Em nossas aulas de História Contemporânea no

Departamento de História, quando se precisava falar de Marx, o docente nomeava-o “o Homem”. Não vou citar o nome do professor por uma questão de deferência: não quero deixar isso na memória sobre ele. Falar nominalmente em Marx era então interpretado praticamente como uma associação ao comunismo. Então, esse contato com o com o marxismo, foi levando-me gradativamente para uma opção à esquerda, confirmando a minha preocupação com o social a partir da Teologia da Libertação.

Na faculdade, eu pensava, em vários momentos, em cursar, simultaneamente, história e o seminário para o sacerdócio. Eu desisti do seminário porque me apaixonei por uma mulher, a verdade é essa! Nós nos formamos, e fomos trabalhar! Ao trabalhar como professores, descobrimos as riquezas e os sofrimentos dessa vida profissional e a preocupação com a questão social brasileira que precisávamos ter em nossos esforços no magistério. Então, quem foi meu aluno, deve ter percebido um viés marxista nas minhas aulas, não tenha dúvida! Isso começou a aparecer como uma forma de resistência no exercício da minha profissão.

Depois, houve no Brasil uma grande leva na criação de mestrados, pois antes, nossos cursos de pós-graduação ainda eram muito poucos. Os mestrados eram de 3 a 4 anos...

PTS: Em que período?

SC: Terminei a graduação em 1974, entrei no mestrado em 1975. Comecei o curso de Mestrado em História na UFRJ. Naquele momento, esse era dominado pela preeminência de Eremildo Viana, visto como um agente da intervenção militar dentro da UFRJ e da perseguição ao pensamento de esquerda na mesma. Podemos citar vários professores que tiveram que abandonar seus cargos por questões políticas: Maria Yeda Linhares, Eulália Maria Lahmeyer Lobo, Manoel Maurício de Albuquerque – que deu o nome para o CAMMA, o Centro Acadêmico Manuel Maurício Albuquerque do então Departamento, atual Instituto, de História. Tendo iniciado o Curso de Mestrado em História na UFRJ, comecei a perceber que o Mestrado da UFF (Universidade Federal Fluminense), uma instituição mais recente na área de história, tinha melhores e mais progressistas professores que os que da UFRJ. Obviamente, houvera uma migração de vários professores, perseguidos ou insatisfeitos no Departamento de História na UFRJ para a Universidade Federal Fluminense (UFF). Eulália Lobo, a Maria Yeda Linhares, o próprio Francisco Falcão tinha se encaminhado para a Pós-Graduação nessa Universidade. Depois entram nessa pós-graduação outros historiadores importantes como Ciro Flamarion Cardoso. Isso é importante perceber: a UFF começava a despontar como um campo mais progressista em História, diferente do que então se fazia na UFRJ. Daí a decisão de migrar o projeto de Mestrado para essa Universidade.



Na UFF, sendo eu, neste momento, católico, fui buscar um tema de pesquisa que trabalhasse com a Igreja Católica no Rio de Janeiro. Pesquisei no Arquivo da Arquidiocese do Rio de Janeiro, orientado pelo Prof. Dr. Victor Vicent Valla. Ele era um historiador, norte-americano, de esquerda, preocupado com as questões de educação, com as Comunidades Eclesiais de Base e com a Teologia da Libertação. Por isso eu o escolhi como orientador.

Meu trabalho direcionou-se para o estudo da Igreja Católica no Rio de Janeiro, entre 1921-1945, analisando como a figura do Cardeal Leme vai tentar cooptar os políticos para novamente restabelecer a importância da Igreja junto ao Estado brasileiro diminuída com a emergência do regime republicano em 1889. Esse esforço de retomada é bem simbolizado pela construção do Cristo Redentor no morro do Corcovado e pelo surgimento da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Na década de 1920, surge uma preocupação da Igreja em mobilizar as camadas populares urbanas, o chamado operariado, para desmobilizá-las para o Partido Comunista. O Cardeal Leme vai orientar a inserção da Igreja na criação dos Círculos Operários, uma organização eclesial criada para esse segmento da sociedade brasileira, tentando afastá-los do comunismo, ameaça personificada pelo surgimento do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1922. Vários intelectuais católicos, reunidos no Centro Dom Vital, tiveram um papel importante nesse processo de afirmação da Doutrina Social da Igreja frente a proposta marxista-leninista. Por influência de Victor Vicent Valla, assim como de outra Professora da UFF, Margarida de Souza Neves, comecei a analisar esses Círculos Operários a partir de uma visão teórica gramsciana.

Na construção da dissertação de mestrado, fui convertido novamente! A análise da atuação da Igreja junto aos Círculos Operários fez-nos perceber que a Igreja, que eu vivenciava sobre a égide da Teologia da Libertação, diferenciava-se daquela no Rio de Janeiro entre 1921 e 1945. Era uma Igreja conservadora, em grande parte favorável ao *status quo*. Cada vez mais convertia-me a uma posição gramsciana frente à análise da realidade.

Na verdade, meu caminho começava a mudar de rumo: fui me afastando um pouco da Igreja, e a minha dissertação de mestrado foi uma denúncia da ação conservadora dessa instituição nos Círculos Operários entre os anos de 1921-1945 na Arquidiocese do Rio de Janeiro. Era um professor de Ensino Fundamental e Médio, ministrando aulas para a 5ª série (atual 6º ano) do Ensino Fundamental no sistema público de ensino municipal, e já possuía uma grande experiência como docente. Defendi o mestrado, entrei, por concurso público, para a UFRJ em 1984. Acho que um professor universitário que nunca tenha passado pela docência no Ensino Fundamental e Médio, que não possua uma sólida formação didática para os níveis do ensino supracitados, terá mais dificuldades com a didática para o ensino superior.

No departamento de História da UFRJ, houve um momento em que eu passei a perceber a necessidade de defender uma tese de Doutorado. Eu era Professor de História Moderna e Contemporânea e sempre fui um historiador interessado pelo tempo presente! Toda a minha formação, a ligação com a Igreja atual e com Gramsci apontavam uma preocupação com o contemporâneo, por isso, eu procurava um tema para a tese de doutorado nesse período: uma análise temática que, também, satisfizesse a minha preocupação com a questão social. Essas indagações apareceram na passagem para a década de 1990. Nessa época, na disciplina de História Contemporânea, eu já realizava um trabalho diferente com os alunos, pois não sabíamos quase nada sobre África e eu via a necessidade de abordar a História da África nesse período. Esse continente foi surgindo na minha trajetória na busca de conjugar as preocupações com o contemporâneo com o viés social...

PTS: Qual o contexto histórico em que você refletiu essa tese?

SC: O contexto histórico foi entre os anos de 1988 a 1990. Naquele momento, comecei a vislumbrar que o nosso currículo universitário era muito eurocêntrico. Eu trocava ponderações com o Professor Adilson Pinto Monteiro, meu colega de área no Departamento de História da UFRJ, que tinha uma vinculação com o Movimento Negro, e ele trazia toda a discussão desse setor da sociedade civil para a inclusão da História da África como tema e disciplina nos currículos. Nesse período, três alunos se aproximaram de nós para orientarmos sua pesquisa de graduação e começamos um trabalho de orientação sobre História da África com eles. Era um pouco ensinar o que não se sabia: eu não conhecia nada sobre História da África!

Esses alunos são hoje os Professores Doutores Marcelo Bittencourt, Roquinaldo Ferreira e Edson Borges, que foram da mesma turma, graduandos em História na UFRJ. Então, aproximamos-nos do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) no Rio de Janeiro e do Professor José Maria.

PTS: Professor José Maria Nunes Pereira?

SC: Sim, ele era uma figura basilar na trajetória do Centro de Estudos Afro-Asiáticos. Essa conjunção entre José Maria, Adilson e eu gerou um enorme interesse pela História da África. José Maria, obviamente, tinha uma formação muito sólida sobre Angola. Daí, comecei a querer estudar esse país! Porque havia a “Revolução Angolana” e as expectativas da esquerda brasileira em relação aos movimentos de independência em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Então, eu resolvi no ano de 1990, iniciar a elaboração de um projeto de tese sobre



Angola. O que eu fiz? Havia, nesse momento, a possibilidade de 4 anos de afastamento do docente de suas funções para investigação científica: o Brasil estava investindo na formação de pesquisadores. Então, consegui afastar-me da docência em sala de aula para só realizar a minha investigação de doutoramento. Só que tinha uma questão muito séria: o ambiente universitário era tão eurocêntrico na USP (Universidade de São Paulo) ...

PTS: Sua formação de doutorado foi na USP?

SC: Sim. Eu entro na USP em 1991. Fui selecionado em 1990, mas eu não havia sido dispensado de sala de aula. Lá, nós éramos entrevistados, candidatámo-nos para um orientador. Dos docentes da Universidade, eu escolhi o Osvaldo Luis Angel Coggiola, pois interessou-me ser seu orientando por desenvolver pesquisas na área de História Contemporânea e pela sua perspectiva marxista. Nesse momento, ninguém no Departamento de História da USP trabalhava com África, nenhuma pessoa aceitaria um tema sobre Angola pós-independência, não se sabia nada sobre essa dita “revolução”. Coggiola acolheu esse desafio, assim, deu-me o espaço para fazer essa pesquisa sob sua orientação.

Quando eu fui trabalhar com a História da Independência Angolana, daqui do Brasil, aproximei-me – por força das disciplinas a serem cursadas na pós-graduação – do Centro de Estudos Africanos (CEA) da USP. Lá, eu conheci José Carlos Serrano, Fernando Augusto Albuquerque Mourão e o Fábio Rubens da Rocha Leite: o último foi o único do qual eu frequentei um curso. Nesse contato, fui percebendo que a África era mais complexa do que eu achava. As aulas do Professor Fábio Leite sobre ancestralidade e sobre a força vital foram muito importantes para minha formação e para uma maior compreensão das sociedades africanas. Acho que todo pesquisador de África deveria ler o livro *A Questão Ancestral. África Negra* do Fábio Leite⁴: ele mostrou-nos a visão do africano da África Ocidental sobre a vida. Ele era um antropólogo, tendo um extenso trabalho de campo.

Lembro também dos livros que ele trazia para as aulas, os quais indicavam-nos teorias que não tínhamos noção! Uma vez, trouxe um livro, o *Dieu'Eau* de Marcel Griaule, para que alguém de sua turma de alunos apresentar como seminário. Ninguém quis fazê-lo, não porque estava em francês (era uma condição da pós-graduação que lêssemos em francês e inglês), mas porque oferecia uma complexidade social e cosmológica tamanha que todos tinham medo de expô-lo. O texto lidava com questões tão inimagináveis, que nos sentíamos inibidos de falar sobre ele, descobrimos que precisávamos adentrar uma sociedade complexa: não havia

⁴ São Paulo: Palas Athena : Casa das Áfricas, 2008.



sociedades simples, primitivas, nada disso. Fábio Leite desconstruiu esse tipo de ideia para nós.

PTS: E você teve colegas de países africanos nesse período?

SC: Não me lembro. Mas, eu me aproximei bastante dos colegas e pesquisadores de literaturas africanas, naquela época: Benjamin Abdalla Júnior, Maria Aparecida Santilli, Rita Chaves e Tânia Macedo. Rita Chaves e a Tânia Macedo estavam fazendo pós-graduação na USP, éramos um grupo da mesma geração. Então, eu tive uma interlocução muito interessante com eles: em muitos momentos, vários desses colegas e professores leram meus textos.

Eu consegui uma bolsa de doutorado, ela podia ser feita no exterior. Soube que havia um Centro de Estudos Africanos em Lisboa, no ISCTE (Instituto Universitário de Lisboa). Antes de ir, eu escrevi a um professor em Portugal, do qual não me lembro o nome agora, que me passou todo o roteiro de pesquisadores indicados para conversar sobre meu tema. Quando eu chego em Lisboa, encontro-me com duas pessoas: uma é Valdemir Zamparoni – que também estava fazendo pesquisa em Portugal naquela época, sob orientação do Professor Alfredo Margarido - e Selma Pantoja – orientanda do Professora Gil Dias, pesquisadora sobre o século XVII e XVIII em Angola. Em Portugal, eu fui orientado pelo alemão Franz Wilhelm Heimer. Foi muito interessante a pesquisa em Portugal! Primeiro, nós tivemos acesso a uma vasta documentação sobre o período colonial, envolvendo, entre outros assuntos, questões sobre as lutas de libertação e a formação do MPLA (Movimento pela Libertação de Angola).

O Heimer era muito exigente: eu entreguei o projeto para ele, que leu, sorriu, fez várias perguntas e críticas, devolveu-me o projeto para eu refletir sobre elas. Ele trabalhava assim: nunca deixava que o aluno o respondesse de pronto, sempre havia um tempo para pensar até o próximo encontro...

PTS: Para que o aluno elaborasse o pensamento e a resposta...

SC: Isso, exatamente! Para que o aluno elaborasse o pensamento. Então, eu pesquisei muito no Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral (CIDAC) em Lisboa. Eu decidi ler os dez primeiros anos do *Jornal de Angola* para compreender a independência angolana. Mas, quando comecei a analisá-los, iniciei a leitura também da parte destinada à literatura de Angola nesse diário.

PTS: Então foi a leitura dos periódicos que te levou a interface com a Literatura Angolana?



SC: Sim, a leitura dos jornais estimulou-me a ler a literatura angolana porque essa era produzida nesse momento por intelectuais do MPLA, movimento que controlava o Estado Angolano. Só tinha um, o Sousa Jamba, que possuía ligações com a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), movimento de independência opositor ao MPLA. Então, eu tomei consciência, que estava pesquisando em um jornal produzido pelo Estado angolano que fornecia notícias filtradas por esse. Assim resolvi comparar esse material com o que os textos literários dos intelectuais angolanos relatavam. Então, percebi que a ficção estava, às vezes, muito mais presente no jornal que na literatura. Eu desmantelei toda a minha ideia de que um texto jornalístico era capaz de me oferecer maior verossimilhança em relação a determinados temas e assuntos que o texto literário. Era justamente o contrário no caso de Angola. Nesse momento, que recortei as fontes principais de minha tese: a pesquisa de textos literários angolanos. Sedimentava essa escolha por ser as informações da literatura sobre a cultura política menos controlada que as do jornal e de outros documentos estatais. A ficção permitia os autores fazerem críticas ao Estado e à sociedade, criarem estórias altamente alicerçadas nos quotidiano político, social e cultural angolanos, não referenciando diretamente a pessoas existentes, com a possibilidade de criticar mais contundentemente as estruturas vigentes por meio de personagens, verdadeiros tipos sociais.

Eu fiquei seis meses em Lisboa, praticamente, fotocopiando os jornais para analisá-los no Brasil. Se eu os interpretasse lá, não disporia de tempo para conseguir um grande montante de fontes para explorar quando do meu retorno ao Brasil. Além das cópias, eu lia muito e entrevistava pessoas. Entre várias conversas, foram muito valiosas as realizadas com a Professora Isabel de Castro Henriques, grande historiadora portuguesa, com Ana Paula Tavares, poetisa e historiadora angolana, com o escritor e jornalista José Eduardo Agualusa, um crítico exímio do regime angolano. E com meu próprio orientador, o Heimer. Descobri, então, depois que esse tinha tido ligações com a Teologia da Libertação, conhecia também ao Rio de Janeiro e teve uma profunda imersão de pesquisa em Angola

PTS: Ele foi sacerdote também?

SC: Não, ele não foi sacerdote, mas, como católico teve uma enorme relação com setores do laicato católico que formaram a Ação Popular, participando também desse movimento eu descobri isso depois. Heimer era muito reservado e havia certa distância entre a vida pessoal dele e da nossa relação acadêmica. Entre os locais do então chamado Terceiro Mundo, realizou também um estudo marcante sobre o movimento de libertação angolano, realizando.

O mesmo professor português, que havia indicado esse percurso de pesquisadores para entrevistar, também pediu que eu falasse com Inocência Mata de São Tomé e Príncipe, uma profunda conhecedora das literaturas africanas em língua portuguesa. Foi muito instigante conversar com ela, porque era muito questionadora e ajudou-me bastante na formação do meu pensamento sobre o tema.

Também fiz entrevistas com outros angolanos que conheci em Lisboa. O escritor Manoel dos Santos Lima forneceu-me uma perspectiva não atrelada ao pensamento do MPLA sobre o que estava acontecendo em Angola. Ele fora militante pela independência, membro do MPLA, tendo rompido com o movimento, tornando-se crítico dos desvios da chamada “revolução socialista” angolana. Manoel contou-me sobre a permanência na então cúpula do Governo de elementos advindo das elites, ou seja, das grandes famílias que já tinham preeminência no período colonial, que ainda possuíam muita influência no controle do Estado. Ele falou-me sobre a intensa luta pelo poder em relação as posições de privilégio no aparelho do partido e do Estado, os desvios éticos das lideranças do MPLA e a construção do mito sobre Agostinho Neto necessário para a formação do culto à sua personalidade.

Vale ressaltar que, nessa época, todo literato, intelectual angolano, todo mundo tinha à aspiração de ser escritor.

PTS: Isso era uma exigência do Partido?

SC: Não era uma exigência do Partido. Na verdade, a literatura, o ser escritor, ter sua obra publicada, não era somente uma questão de revelar uma produção com qualidade literária, mas também prestígio social ou de filiação ideológica. Naquele momento, o campo político e o campo literário estavam extremamente imbrincados. Nas análises das narrativas de ficção em minha tese, trabalhei não só com o que fora publicado em livros, mas também com os poemas, contos e outros tipos de textos que eram divulgados no *Jornal de Angola*. Inclusive, esse periódico tinha um suplemento diário sobre literatura! Eu consegui observar, nessa literatura na imprensa, uma ficção de conteúdo programático: tinha o objetivo de fazer propaganda da independência, da “revolução” e do MPLA.

Eu li, nesse período do doutorado, em torno de 123 livros de literatura angolanos publicados em Angola ou no exterior, até porque o MPLA utilizava também editoras portuguesas. Quem geralmente publicava era a União dos Escritores Angolanos (UEA), subsidiada pelo Governo. Ao longo do meu processo de leitura, eu comecei a ter um senso crítico sobre o regime dito socialista implantado pelo MPLA, a partir do exame de determinados livros de ficção. Esses livros foram: “*Quem me dera ser onda*”, do Manoel Rui, publicado em 1982, *O cão e os*



Caluandas de Pepetela e *Na Mbanza da Miranda* de Arnaldo Santos, ambos editados em 1985. Surge na ficção, antes que no texto jornalístico angolano uma crítica sutil ao Estado e a sociedade que então se montava. Na verdade, eram livros bem diferentes da fase anterior, onde era somente um exaltar da “revolução”. Ou seja, surgidos em meados da década de 1980, quase 10 anos após a independência sob a égide do MPLA, começaram a aparecer textos literários críticos ao processo dito revolucionário. Não havia possibilidade de críticas na imprensa e, evidentemente, essas não eram transmitidas no *Jornal de Angola*, por isso a reflexão de que a ficção estava mais, às vezes, na notícia do jornal que na literatura.

Outra pessoa muito importante nesse processo foi José Eduardo Agualusa. Ele era um jornalista, que já começava a escrever textos literários, mas, que ainda não era um grande nome na literatura angolana de então como hoje o é. Eu lembro-me de encontrá-lo no Amoreiras Shopping Center, em Lisboa, em frente ao Bertrand Livreiro. Eu vi um homem bonito e muito jovem, sentamos num café e conversamos sobre minha pesquisa, quando me mostrou toda uma crítica sobre o processo revolucionário angolano e observou questões que acabaram por aclarar as minhas direções na tese. Afinal, quem educa os professores, o historiador, o pesquisador? No meu caso, a minha formação crítica nessa tese foi formada em grande parte pela leitura de alguns grandes teóricos sobre as relações entre a literatura e a história, alguns professores dessas disciplinas, meu orientador Heimer e os escritores angolanos com os quais eu tive contato por meio dos seus textos ou em entrevistas pessoais.

PTS: Só no seu caso? Ou você acredita que possa se dizer o mesmo do ambiente intelectual angolano?

SC: A literatura começou a me abrir uma possibilidade de crítica sobre Angola, mas, nem os críticos sobre o processo político angolano não eram então publicados em Angola. O Agualusa não me parecia então bem visto pelo regime angolano e Manoel dos Santos Lima nunca tinha sido até então publicado em Angola. Esse último então afirmava que teve a sua obra silenciosamente censurada em seu país. O fato é que as publicações da União dos Escritores Angolanos eram, no limite, autorizadas por uma comissão formada pelo MPLA. Então, mesmo o espaço de crítica de escritores era sutilmente controlado. O próprio Pepetela diverge e diz que nunca houve censura, no entanto, afirma que só publicou *Mayombe* dez anos depois de escrito, após o aval do Presidente Agostinho Neto. Ou seja, existe uma contradição sobre censura, mas, certamente, a escrita literária era menos controlada que o noticiário ou o documento político, talvez porque consideremos de antemão que a literatura é ficcional.

A literatura permitia relatar estórias, que na realidade ocorriam, mas que não se podia publicar nos jornais angolanos então. Em suma, isso levou-me para uma visão cada vez mais crítica do chamado processo “revolucionário” angolano. Percebi também a importância do uso dos aportes de outras fontes para a construção historiográfica. O texto literário é um deles: parece fácil, é acessível, impresso, porém, difícil de ser interpretado pelo historiador. Um texto ou um personagem por ser ficcional pode dizer mais sobre a realidade política e social que um trecho jornalístico, pois esse é mais controlado pela censura do Estado. O historiador está trabalhando com a ficção, mas, mesmo nela, pode haver referências claras à realidade social de um período. Cabe ao historiador trabalhar como essas supostas ilações de um escritor literário dialogam com as questões políticas e sociais de seu tempo. Isso é uma inferência muito presente no livro *Literatura e Sociedade* de Antônio Candido: um livro iniciático nas questões das relações entre História e Literatura.

Retornando, eu volto ao Brasil para trabalhar na execução de minha tese.

PTS: Quando você retorna ao Brasil?

SC: Eu retorno ao Brasil no mesmo ano 1991. Minha bolsa era de seis meses, pois optara por uma bolsa de mais curto tempo porque eu tinha, naquele período, recentemente me divorciado e possuía um filho de 10 anos. Eu não poderia ficar um ano em Lisboa – como permitiria o tipo de bolsa para a qual me candidatei – e deixar meu filho sozinho, sentindo-se abandonado pelo pai aqui no Brasil. São coisas que não são parte da pesquisa, mas, acabam influenciando na condução dela. Nós, então, não tínhamos acesso à internet e a comunicação telefônica internacional era muito cara naquela época. A internet era algo igualmente extremamente lenta e, aliás, eu só tive meu primeiro computador quando voltei ao Brasil. Então, eu, diariamente, escrevia toda a noite, após cansativo dia de investigação em arquivos, ao meu filho no período de pesquisa em Portugal e, obviamente, escrever para uma criança de dez anos não é a mesma forma da escrita acadêmica ou mesmo da carta para um adulto. Havia todo um tempo gasto em ilustrar, revisar a linguagem para um leitor infantil e postar a carta para o Brasil...

PTS: Há influência da criatividade e imaginação presentes na Literatura Africana nessas cartas enviadas ao seu filho?

SC: Eu acho que houve influência, pois eu já estava sensibilizado pelo discurso literário. O historiador tem um discurso muito controlado: nós temos que ter! Nem sempre isso permite

que a sensibilidade e a emoção – mesmo que hoje se fale em história das sensibilidades, das emoções, das lágrimas - termos que surgiram depois desse período, com a virada linguística – aflorem. Então, acho que as literaturas exerceram influência nessas cartas de um pai para um filho menino que estava distante.

Voltando ao Brasil, eu tenho todo um período de mais três anos dedicado à elaboração da tese. Voltei a dialogar com os colegas da literatura: foram importantes as críticas ao meu texto realizado por Rita Chaves e o Benjamin Abdalla, pesquisadores das literaturas africanas em língua portuguesa. A grande contribuição da minha tese - hoje eu teria muitas ressalvas sobre ela, o que é normal: as teses são inseridas num tempo – foi na minha construção como pessoa! Eu, um historiador marxista, fui trabalhar com o cultural e com o literário. Por isso, que acho que existe a “conversão”. O historiador também passa por uma conversão no processo de elaboração do conhecimento. O saber não é construído apenas pelo cientista social, pelo observador, ele também é influenciado discurso de seu objeto. Nosso objeto não é uma pedra ou um vegetal, são pessoas humanas como nós, pessoas que também elaboram discursos. Daí o perigo que a fonte representa: todo o discurso encontrado numa fonte visa convencer seu leitor de alguma coisa. O historiador tem que ter um distanciamento, como dizia o sociólogo alemão Norbert Elias, em seu livro *Envolvimento e Alienação*. O historiador precisa do distanciamento, do estranhamento – como diria o Norbert Elias – para realizar a pesquisa. As ciências sociais, ao meu ver, precisam se construir, primeiramente, por uma empatia, afeto, amor pelo seu objeto. Se não houver empatia não há ciência, entretanto, ao mesmo tempo precisa haver estranhamento, distanciamento, pois sem isso não há construção de conhecimento nas ciências sociais.

No trabalho com a História da África, há frequentemente essa relação conflituosa: primeiro, porque você precisa ter empatia, segundo, você deve aprender a ouvir, terceiro, você precisa se estar ciente que você é um brasileiro, um estrangeiro, provindo de uma sociedade com uma visão eurocêntrica sobre a história. Portanto, temos que aprender com essa África, por isso, é importante a apurar o saber ouvir. Aprender com África é compreender que, mesmo quando lidamos com países como Moçambique e Angola que, também, falam a nossa língua, podemos utilizar as mesmas palavras, mas, nem sempre estamos nos entendendo, pois, os valores culturais sobre determinados assuntos são diferentes. Porque existe um substrato africano, mesmo quando falam o português, existe uma sensibilidade cultural que forma um indivíduo. Por isso, é muito complicado para um brasileiro, ao conversar com um angolano ou moçambicano, ache que eles por estarem falando a mesma língua, dizendo as mesmas coisas e que estão se comunicando. É necessária uma sensibilidade para entender as especificidades do

outro país, em perceber as sutilezas culturais específicas presentes naquelas sociedades que são diferentes das nossas.

PTS: O que esse doutorado, essas pesquisas transformaram o seu fazer pedagógico e como pesquisador?

SC: Ao voltar para a docência em sala de aula no Departamento de História da UFRJ, um recinto, então, bastantes eurocêntricos, em que África fora durante muito tempo um continente colocado à parte na grade curricular, foi bem difícil trabalhar. Eu dava cursos sobre essa temática em matérias eletivas na História Contemporânea. Então, todos os livros usados com os discentes eram importados de Portugal – não muito diferente de hoje – e a importação era cara e demorada. Tudo era muito difícil. O que eu percebi, nesse retorno, era a importância em se criar uma área de História da África. Mas foi muito duro, e houve um momento em que desisti. Eu ia em reuniões de departamento, nas quais certos professores da área de História Contemporânea vetavam, constantemente, o surgimento de um campo de História da África, afirmando-se: “A África já está dentro da História Contemporânea”, “A África já está contemplada em suas eletivas”. Inegavelmente, nós, historiadores da África, fomos e somos herdeiros da luta do Movimento Negro, do surgimento da Lei 10.639/03, do Governo de Luís Inácio Lula da Silva, que teve uma política de aproximação com a África e com as demandas das populações negras no Brasil, propiciando razões para se reivindicar academicamente uma área de História da África. Além disso, o mesmo Governo Lula trouxe uma expansão universitária, com muitos concursos para docentes universitários, o que possibilitou a expansão da História da África nos Departamentos de História.

Não bastou somente a lei! Foi necessário também a luta cotidiana, as alianças que fizemos com docentes de outras áreas, o esforço de cada professor, para concretizar um projeto de História da África no Departamento de História da UFRJ. Por exemplo, só conseguimos criar esse setor com apoio de colegas de outras áreas no Departamento mais sensíveis às demandas político-sociais. De fato, um professor de História Antiga, então chefe do Departamento, o Professor Doutor Fabio de Souza Lessa articulou a minha saída da área de História Contemporânea para a História da África, compensando aquele setor com um concurso. Soma-se a isso, conseguirmos o primeiro concurso para Professor de História da África na UFRJ, no qual foi aprovada Mônica de Lima e Souza como a segunda professora a compor essa nova área.

PTS: Isso em que época?



SC: Para percebemos como demora a constituição de um novo campo de saber em um Departamento de uma universidade. Eu volto a trabalhar em 1994, desisto de continuar a pesquisar em História da África na área em 2001, passando a estudar a história da favela da Rocinha. Eu não aguentava mais, não conseguia ir adiante. Entretanto, não acho que foi um fracasso! Esse período entre 1994 e 2001, orientei, na iniciação científica, Mariana Cândido! Quando ela terminou a graduação, eu estimei que fosse estudar África no mestrado no Centro de Estudos de Ásia e África do Colégio do México Então, Mariana tomar ciência da experiência com Mônica Lima e Souza, então professora no Colégio de Aplicação, que havia estudado na naquela instituição. Portanto, a história da Mariana Cândido, que hoje é uma autoridade no estudo do tráfico negreiro em Angola, atual professora da Universidade de Notre Dame nos EUA, saiu da área de História Contemporânea da UFRJ. Após o mestrado do Colégio de México, ela teve oportunidade de fazer o doutorado no Canadá e me pediu uma carta de recomendação para ser orientanda do Paul Lovejoy, que a aceitou.

Na verdade, o período em que eu me julgava fracassando em implantar uma área de História da África, eu estava deixando algumas sementes no campo. Mesmo no período anterior à minha elaboração da minha tese no campo de História da África, deixamos alguns frutos nesse setor. Foi do círculo de alunos em torno de mim e do Prof. Adilson Pinto Monteiro, ambos então professores de História Contemporânea, que José Maria Pereira Nunes captou para o Centro dos Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Cândido Mendes, três discentes Marcelo Bittencourt, Roquinaldo Ferreira e o Edson Borges, hoje professores universitários de História da África, o primeiro e o terceiro no Brasil e o segundo na Universidade da Pensilvânia nos Estados Unidos.

Mas, em 2010, resolvi retomar os estudos de África para fazer um pós-doutorado. Eu já havia ido a Angola, já havia lido muitos escritores angolanos, e percebera as mazelas das relações de poder dentro do Estado angolano. É muito duro para uma pessoa que vem de uma formação socialista que vai, ao longo da sua tese e das suas viagens, tendo uma visão da trajetória política em Angola cada vez mais crítica. Isso é bom! O historiador não pode lidar só com o sonho, a emoção, a utopia – como o próprio livro *A Geração da Utopia* de Pepetela faz menção – mas também trabalhar com a desilusão que a fonte e o objeto traz. Acho que a desilusão narrada por Pepetela fazia coro com o que fui sentindo como historiador sobre a famosa “Revolução Angolana”. Comecei o pós-doutorado em 2010, porque pesquisar Angola era o que eu realmente queria fazer.

PTS: Em qual Instituição?

SC: Foi no Centro de Estudos Africanos do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, novamente.

Percebi, em 2010, em Lisboa, que uma grande contribuição que eu poderia dar para a História da África no Brasil era articular na política departamental a criação de uma área de História da África na UFRJ. Articulei, como já disse, alianças com o Prof. Dr. Fábio Lessa, de História Antiga, então Chefe do Departamento de História e com outros colegas de outras áreas. Houve, naquele momento, uma reforma no currículo. A reforma do currículo na Graduação de História é muito difícil de se realizar! As pessoas estão alojadas confortavelmente em suas áreas e não querem mudança! A mais importante modificação, depois de conversas e debates no departamento, foi a criação da área de História da África e a possibilidade da minha saída do setor de História Contemporânea para essa nova área. Quando se criou a área de História da África, um professor de História Moderna e Contemporânea ficou muito irritado, de fato, esse mesmo professor já havia se incomodado com uma primeira perda, que foi a divisão da área de História Moderna e Contemporânea em duas novos setores: o de História Moderna e o de História Contemporânea. Portanto, a criação da área de História da África teve uma oposição muito forte no setor de História Contemporânea, porque a ideia era subordiná-la - como houvera na própria Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É uma forma de controle! Não falei ainda aqui da minha trajetória na UERJ, pois fui também professor dessa universidade.

Na sequência, perceberam que era sozinho não poderia manter todas as atividades da área, tinha uma única disciplina obrigatória, as eletivas e a pós-graduação. Por isso, a próxima decisão foi a necessidade de abertura de um concurso para História da África. Em meados de 2010, a área foi efetivamente criada, quando fui transferido para a mesma e, para compensar a perda de um professor, houve um concurso para o setor de História Contemporânea e o outro primeiro para o novo setor de História da África, com a minha colaboração, pois eu elaborei grande parte dos pontos do concurso, assim como houve auxílio de outros professores que trabalhavam como o do tráfico negro.

Foi uma conquista muito grande! Então, cria-se a primeira Comissão para Seleção de concurso em História da África na UFRJ. Eu devia estar na mesma, mas, a presidência precisava ser de um professor titular e eu não era; portanto, foi escolhido para esse cargo o Professor Doutor Francisco Carlos Teixeira da Silva. Comecei a pensar que havia necessidade em ser uma banca plural, assim, por meio do Professor Doutor José Murilo de Carvalho, membro da Academia Brasileira de Letras, trouxemos o embaixador Alberto da Costa e Silva,



também membro dessa Academia, que era, inegavelmente, um nome importante na historiografia brasileira sobre África fora da universidade. Como possuíamos verba para custear a passagem de um professor fora do Estado do Rio de Janeiro, optamos por sugerir o nome da Professora Doutora Leila Leite Hernandez da USP e o da Professora Doutora Mariza de Carvalho Soares da UFF, ambas professoras de História da África nessas instituições, prontamente aprovados pelo Departamento de História. Logo, eu e o professor Francisco Carlos Teixeira da Silva fomos os membros do Departamento de História da UFRJ para esse processo de seleção. Nesse concurso público foi selecionada a Professora Mônica Lima e Souza.

Nós criamos, em 2011, o Laboratório de Estudos Africanos (LEÁFRICA): Entre 2011 e 2013, nós, Mônica Lima e eu tivemos um trabalho muito intenso junto aos nossos orientandos. Fizemos dois tipos de eventos: o Encontr'África: que era um ciclo de palestras com pesquisadores em temas africanos, e eles eram lotados pelo público vindo de dentro e de fora da Universidade. Por exemplo, trouxemos entre vários outros, Benjamin Lawrance (International Studies do Rocohester Institute of Technology de Nova York), Michael Hanchard (da Universidade Johns Hopkins), Issa Shivji (Nyerere Resource Centre), José Maciel Honrado Morais dos Santos (CEA/Universidade do Porto), Prof^ª. Dr^ª Mariana Candido (Universidade de Princeton - EUA), Prof.^a Dr.^a Patrícia Teixeira dos Santos (Unifesp); Prof^ª. Dr.^a. Rachel Jean-Baptiste (Universidade de Chicago - EUA) Prof. Dr. Sílvio Marcus de Souza Correa (UFSC), Beatriz Bissio (UFRJ). Tivemos também o Afrocine: exibição de filmes africanos, seguida por um debate com um pesquisador de África. Obviamente, o acesso a essas películas, já com legendada em português, era muito difícil. Dele participaram, entre vários outros, além de mim, o Professor Dr. Marcelo Bittencourt (UFF), o escritor angolano Ondjaki, Prof. Dr. Robson Lacerda Dutra (UNIRIO), Adriano de Freixo (UFF), Prof. Dr. José Pádua (UFRJ), Dr. Murilo Sebe Bon Emily (UFRJ), Prof.^a Dar Janaína Oliveira (Instituto Federal do Rio de Janeiro). Então, o Laboratório de Estudos Africanos (LEÁFRICA) da UFRJ criou um espaço muito para se refletir e divulgar a História da África no Rio de Janeiro.

Em grande parte, fruto da ação do Governo de Luís Inácio Lula da Silva, começaram a surgir concursos de História da África em várias universidades brasileiras. Em 2011, um professor – em um e-mail – começou a falar da criação de um grupo de trabalho de História da África na ANPUH (Associação Nacional de História). Esse grupo foi muito importante! Éramos já não poucos, mas, bastantes professores. No Simpósio Nacional de História da ANPUH em São Paulo, na USP, nesse mesmo ano, criamos um Grupo de Trabalho de História da África,

fazendo surgir um coletivo importante com uma lista de e-mails, reunindo pesquisadores brasileiros, portugueses e norte-americanos na área de Estudos Africanos.

Houve então um embate. Ele foi até expresso em 13 de abril de 2018, na última mesa do I Encontro Internacional da Associação Brasileira de Estudos Africanos (ABE-África), quando o Prof. Dr. Omar Ribeiro Thomaz (UNICAMP) falou das tensões existentes na criação do campo da História da África no Brasil. Então, uma importante luta – que já aparecia em 2011 – era de se criar um campo de História da África em que traríamos todos os as pesquisas e discussões da Diáspora Negra para dentro do Grupo de Trabalho em História da África, já que os negros na Diáspora contribuíram enormemente para a discussão de uma História africana. Desde a Diáspora norte-americana, com o Du Bois e o Marcus Garvey; o mesmo o caso do Caribe, com Aimé Césaire, nós não podemos dizer que a África não está em diálogo com a sua Diáspora nas Américas. Mas, então, nós relutamos muito para que fosse um Grupo de Trabalho centrado em pesquisas no continente africano. Por que essa negação da Diáspora? Porque era muito claro para nós, que se então abrissemos para as questões do negro no Brasil, nós seríamos literalmente “engolidos” pelo grande montante de pesquisas existentes nesse campo em nosso país. A África tornar-se-ia um apêndice talvez de 10% do total de pesquisas -, ademais, já havia grupos de trabalho fortíssimos que estudavam a escravidão, o negro no pós-abolição. Não era uma questão de rejeição a todas as pesquisas sobre o negro no Brasil, aliás, acho que precisamos ter e manter esse diálogo. Mas, era uma questão política para o campo: não havia negação da Diáspora, era só uma escolha política para o fortalecimento dos Estudos Africanos centrados em África no Brasil. Isso foi importante para a criação do campo. Em 2011, houve a formação da primeira coordenação do GT da ANPUH. Era um “triumvirato”, não sei se você estava nessa reunião.

PTS: Estava sim.

SC: Estávamos criando o Grupo de Trabalho em História da África e elegendo a sua primeira coordenação. Então, vários nomes foram propostos, mas muitos foram retirados, pois as pessoas não queriam assumir a Coordenação do GT. Foi ficando o nome de Maria Cristina Cortez Wissenbach (USP), o meu nome pela UFRJ/UERJ, e o de Valdemir Zamparoni (UFBA) foi colocado. Ficou um triumvirato para coordenar até 2013. Acho que deve ser o único ou talvez um dos poucos GTs da ANPUH que possui três coordenadores até hoje. Naquele momento, ocorreu um momento áureo da solidificação do campo de História da África no Brasil. Era difícil trabalhar com três pessoas, em estados diferentes, São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, mas as conversas pela rede virtual possibilitaram isso.

Na gestão do GT de História da África, biênio 2013-2015, em que estava Laila Britcha (UESC), Vanicléia Santos (UFMG) e eu (UFRJ/UERJ), nós historiadores achávamos benéfico ampliar a interlocução com outras áreas das humanidades que trabalhavam com a História da África. Pensávamos que não havia como ter um salutar desenvolvimento da História da África, sem um diálogo com os estudos literários, as ciências sociais e outros saberes das ciências humanas que estudavam o continente africano. A História da África é montada nesse diálogo. Se você tomar como exemplo a Coleção História Geral da África da Unesco é possível notar a comunicação com outras áreas do saber, ou seja, a disciplina já nasce nessa intensa interlocução.

Dessa gestão do GT de História da África, surgiu a ideia de formar uma Associação Brasileira de Estudos Africanos que agremiasse outros pesquisadores fora da História. Decidimos efetivar isso no III Encontro Internacional de Estudos Africanos da UFF (2014), que seria pluridisciplinar e próximo da nossa ideia. Laila, Vanicléia e eu engendramos um Estatuto para a Associação, aprovado nesse encontro.

Há todo um percurso jurídico para o estabelecimento dessa Associação. Em 2016, ela permanecia como ainda um ideal que demandava maior concretização. Há uma certa generosidade nesses historiadores em dialogar com pesquisas de antropólogos e outros cientistas sociais no debate. O Prof. Omar Ribeiro Thomaz, da UNICAMP falou muito enfaticamente, no dia 13 de abril de 2018, na mesa de encerramento do I Encontro Internacional da ABE-África, sobre a importância do diálogo entre a Antropologia e a História e da impossibilidade de a Antropologia poder ser feita sem a História e vice-versa.

PTS: E depois desse Encontro que findou ontem, dia 13 de abril de 2018, como você vê a ABE-África?

SC: Eu vejo que a ABE-África realiza avanços. Foi um encontro com tantos diálogos interessantes além das fronteiras do GT de História da África da ANPUH. Nos encontros da ANPUH, temos a presença de alguns pesquisadores que não são historiadores, mas há um predomínio normal dos historiadores nesses encontros. A ABE-África, por outro lado, permite um maior diálogo entre as diversas áreas que estudam a África, propiciando a possibilidade do historiador ouvir concretamente as outras áreas e vice-versa. Todas as grandes Mesas-Redondas do Evento foram uma prova do sucesso desse encontro!

Você ver, numa mesma mesa, Vanicléia Silva Santos (UFMG) e eu (ambos historiadores) dialogando com Kabengele Munanga, antropólogo africano, com longa e prestigiosa trajetória acadêmica, é um momento muito rico. A segunda mesa também revela isso, com a Mariza



Carvalho Soares (UFF) – uma historiadora cujo trabalho possui uma intersecção da História da África com escravidão -, o Roquinaldo Ferreira (Universidade da Pensilvânia) – que é, por excelência, um historiador do circuito do tráfico negreiro centrado em Angola e na sua relação com o Brasil -, além de um especialista em Literaturas Africanas como o Nazir Can (UFRJ), um professor jovem, trazendo enormes contribuições. E a última grande Mesa-Redonda do evento, com a Professora Patrícia Teixeira Santos (Unifesp), com toda a sua discussão sobre missões, essa visão do outro, do missionário, e desse outro, o africano, como agente influenciador da missão; toda a maravilha da Professora Carmen Lúcia Tindó Ribeiro Secco, trazendo o contributo das literaturas africanas de língua portuguesa e da relação dela com outros campos, como a História e a Arte, e o antropólogo Omar Ribeiro Thomaz, da UNICAMP, mostrando de uma forma satírica, que só ele sabe fazer, as tensões existentes no campo e a riqueza desse diálogo.

Então, na noite do último dia do I Encontro Internacional da ABE-África, dia 13 de abril de 2014, a conclusão é que esse evento foi um acontecimento de impacto no meio dos Estudos Africanos no Brasil. No Instituto de História (da UFRJ), local que sediou o Encontro, as pessoas vinham falar conosco sobre a importância do diálogo interdisciplinar. Então, acho que estamos avançando de forma nítida. Primeiro, caminhando no combate ao eurocentrismo: isso ainda é uma questão muito forte, uma luta, nos Departamentos de História. Segundo, aprofundando o diálogo interdisciplinar.

Durante todo esse evento, ouvimos muito a necessidade que temos de dialogar com os historiadores e cientistas sociais africanos: temos que ir além dos círculos acadêmicos europeus e norte-americanos! Nós sabemos, nossas escolhas envolvem as relações de poder. Mesmo os autores africanos que lemos aqui são os que atingem as academias do Norte. Todavia, está muito perceptível a necessidade desse diálogo “sul-sul”. Ele precisa ser feito cuidadosamente entre África e Brasil. Devemos fazer um entendimento maior com historiadores e cientistas sociais angolanos, moçambicanos, guineenses, mas também com os de outros países africanos! Nós temos que ler os senegaleses Ibrahima Thioub, Mamadou Diouf; ou seja, historiadores africanos, uma historiografia africana! Caminhamos fortemente nessa direção.

No fundo é interessante, num período de um refluxo da democracia no Brasil, em que nós temos um discurso de direita afirmando-se no país. Um nítido afastamento da África, em termos diplomáticos, deslocamos o centro do BRICS. Em um momento em que assume com força total no Brasil novamente uma elite branca, patriarcal, com um discurso neoliberal ou



fascista, a ABE-África torna-se um espaço de resistência. E nós podemos afirmar que sem muito financiamento, sem muitos recursos, a Associação está resistindo.

PTS: Professor, agradeço muito seu depoimento e sua trajetória intensa na disciplina de História da África.

SC: Eu quem agradeço! Agradeço também estar sendo entrevistado por Patrícia Teixeira da Silva, uma pessoa cuja luta e trajetória no campo são conhecidas. Uma figura importante na História da África no Brasil e na História da África, fora do chamado “mundo lusófono”, mas, em diálogo com ele. Lembrei-me agora de toda restrição que a historiadora angolana Maria da Conceição Neto tem ao termo lusófono para designar a África colonizada pelos portugueses, pois essa é habitada tanto quanto por um plurilinguismo africano. Então, finalizando essa entrevista, eu que quero agradecer essa oportunidade. Obrigado! agradecer essa oportunidade. Obrigado!